



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Conferência Internacional de lançamento da Rede 10 – Luta Contra a Pobreza Urbana

Hotel Blue Tree Towers, São Paulo – SP, 14 de abril de 2003

Excelentíssima companheira Marta Suplicy, prefeita da cidade de São Paulo,
Excelentíssimo embaixador Rolf Timans, embaixador da União Européia no
Brasil,

Meu caro companheiro José Dirceu, ministro-chefe da Casa Civil,

Meu companheiro Olívio Dutra, ministro das Cidades,

Meu caro companheiro José Graziano, ministro extraordinário de Segurança
Alimentar e Combate à Fome,

Meu caro companheiro Hélio Bicudo, vice-prefeito de São Paulo,

Meu caro companheiro Kjeld Jakobsen, secretário de Relações Internacionais
da cidade de São Paulo,

Meus amigos, minhas amigas representantes de 108 cidades, presentes
nesta Conferência,

Meu caro Elói Pietá, prefeito de Guarulhos,

Meu caro Fernando Pimentel, prefeito de Belo Horizonte,

Demais companheiros e companheiras vereadores, deputados e secretários e
secretárias municipais aqui presentes,

Combater a pobreza será muito mais fácil no dia em que nós conseguirmos
transformar a fome, de um problema social para um problema político. Enquanto os
pobres deste país estiverem encurralados nas periferias longínquas – muitas vezes
sem o poder de mobilização necessário para cobrar de nós, governantes, aquilo a
que eles têm direito –, a solução será muito mais difícil.

O importante é que, mesmo como governantes, tenhamos clareza de ver que
a nossa responsabilidade não é só administrar os problemas. Mas é estabelecer um



novo padrão de relacionamento entre a sociedade e o poder público, criando os espaços necessários para que as pessoas tenham, no poder público, um parceiro de elaboração e de execução das políticas públicas de que o povo tanto necessita.

Alguns números já foram citados aqui. Eu queria lembrar que a forma desordenada com que crescem as regiões metropolitanas das grandes cidades do mundo inteiro, e muito mais fortemente na América Latina, de onde estamos falando, é uma das razões do aumento da gravidade do problema urbano.

Houve um tempo em que havia, nas grandes cidades, um processo de venda de terrenos para as pessoas poderem construir suas casas. E quando ia se fazer um loteamento, normalmente a prefeitura tinha que autorizar, mas com algumas exigências. A prefeitura pensava na questão da água, do esgoto, da energia, dos transportes. Pelo menos, teoricamente, era essa a finalidade da coordenação e da aprovação para que o loteamento pudesse existir no país.

Mas já faz alguns anos que isso deixou de acontecer nas principais capitais do Brasil e nas principais cidades brasileiras. Primeiro, porque não há mais loteamento popular. O que temos são ocupações populares. Ou seja, o povo não tem dinheiro para comprar. O povo é, cada vez mais, escorraçado para áreas cada vez mais longínquas, mais perigosas, onde mesmo o proprietário do terreno não teria coragem de fazer o loteamento, pela péssima qualidade do social. E o povo, assustado e necessitado de uma moradia, vai ocupando de forma desordenada os espaços vazios da cidade. E, o que é mais grave, muitas vezes o poder público faz “vista grossa” para o que está acontecendo. Até porque não se tem resposta imediata para atender uma demanda cada vez maior.

Em outros momentos, por que não dizer, as ocupações são orientadas pelas disputas políticas locais, regionais, muitas vezes até incentivadas para que aconteçam de forma desordenada, sem se preocupar com transporte, com educação, com segurança, com as condições de vida das pessoas.

E aí, quando vem a primeira enchente, todo mundo descobre que as pessoas não deveriam estar morando naquele lugar. E isso poderia ter sido visto antes de as



pessoas ocuparem o local.

Diante de um problema real que estamos vivendo, a grande tarefa que cabe a nós, que governamos cidades, estados e um país, é começarmos a ter uma definição de prioridade. Temos consciência de que não podemos fazer tudo de uma única vez, mas temos consciência também de que, se continuarmos dando o mesmo tratamento que historicamente vem sendo dado às grandes regiões metropolitanas, nós também não conseguiremos resolver o problema.

Eu me lembro, Embaixador, nos anos 80, eu fui algumas vezes à Europa, e quando a gente via um mendigo na estação de metrô pedindo esmolas, até pedia para tirar fotografia: “Olhe, tira uma fotografia que aqui também tem mendigo, ele está pedindo esmola, não é só lá no Brasil que tem, vamos fazer uma aferição”. Seria tão bom se nós tivéssemos apenas alguns nas estações de metrô, porque seriam tão poucos que nós poderíamos cuidar deles.

Acontece que, no Brasil, o problema da miséria já está envolvendo metade da população, e isso nos obriga a ter, cada vez mais, responsabilidade e critérios na definição das políticas públicas que queremos implementar no nosso país, nos nossos estados e nas nossas cidades.

Isso nos leva a ter em conta que, primeiro, precisamos conhecer o problema a fundo. Durante quatro anos sonhei fazer uma feira de experiências bem-sucedidas. No Brasil, nós temos cidades governadas pelos mais diferentes partidos. Uma cuida melhor da saúde, a outra cuida melhor da educação, uma outra cuida melhor do saneamento ... se você juntar 5.500 municípios, você vai ter pelo menos umas 200 ou 300 experiências da melhor qualidade.

Qual é o papel do governo federal ou do Ministério das Cidades? É tentar criar, através dessas boas experiências, uma política pública correta para o nosso país.

E se não pudermos fazer tudo de uma vez, nós temos que definir claramente o que vamos querer fazer. Qual é a primeira prioridade? Como nós estamos numa situação muito delicada, em função do crescimento da pobreza, toda vez que se



tenta definir as prioridades, aparecem dez, e quando aparecem dez, a gente termina tendo dificuldade. Ou nós escolhemos uma, duas ou três, como prioridades das prioridades, e executamos, e ao terminar um mandato a gente mede concretamente se tivemos uma evolução, ou nós corremos o risco de fazer um pouquinho de cada coisa e não ter feito nada.

Por exemplo, o governo federal gasta, em política de transferências de renda, quase 7 bilhões de reais. É muito pulverizado, porque houve um tempo no Brasil, em que as transferências de renda eram feitas, me parece, em função da proximidade das eleições.

Cada ministro criava sua política social, e não houve nenhum critério de otimização. Ou nós otimizamos essas políticas e combinamos o jogo com o estado e as prefeituras, e tentamos dar um único rumo para aquilo, ou a gente vai continuar fazendo com que o dinheiro saia dos cofres públicos e não atinja as pessoas que nós queremos atingir.

O desafio que está colocado para esta conferência da URB-AL é começar a colocar isso no papel, companheira Marta. Eu acho que não há muita diferença entre os problemas de São Paulo e os problemas de Lima, no Peru. Não há muitas diferenças entre os problemas de Recife, de Belo Horizonte ou de Guarulhos e os problemas de outras cidades semelhantes pelo Brasil afora.

Então, nós não temos que ter 500 políticas diferenciadas, porque não temos que criar a marca do prefeito, do secretário, do vice-secretário. Não tem que ter marca. A marca é da sociedade, da qualidade de vida das pessoas. Senão, não atingiremos o nosso objetivo.

Tenho consciência de que o que eu penso para mim vale para vocês, para quem é prefeito ou quem vai disputar uma prefeitura. Nós não temos o direito de ser lembrados pelo tempo que nós passamos no Governo apenas porque em cada palácio há um salão nobre onde será colocada a nossa foto.

Nós temos que ser lembrados pelas obras que nós realizamos neste país e para realizarmos essas obras nós temos: primeiro, que ter a capacidade de fazer o



que vocês estão fazendo aqui, não há solução individual para nenhuma cidade que chegou ao ponto a que chegaram as grandes cidades do Brasil; segundo, é preciso que haja um jogo muito combinado entre o papel do poder público federal, dos estaduais e dos municipais; terceiro, é preciso criar mecanismos em que a sociedade seja cúmplice da boa política que nós colocarmos em prática.

Se a sociedade participar, vai ter a sua auto-estima elevada e vai, ao invés de cobrar mais, fazer mais. Ela vai ser parceira na execução das políticas públicas que nós conseguirmos realizar. Um bom prefeito não será medido pela quantidade de quilômetros asfaltados, pela quantidade de viadutos ou de pontes que fez, se bem que isso é necessário. Mas nós temos que, de vez em quando, fazer opções: se nós vamos privilegiar o espaço do carro ou o espaço da criança; o espaço do carro ou o espaço do ser humano.

Nós vamos ter que tomar essas decisões porque outros já deram prioridades aos carros. E nós estamos vivendo um momento, neste começo de século, em que precisamos priorizar o ser humano. O ser humano está cada vez menos sendo tratado como ser humano, cada vez mais desrespeitado na sua dignidade, na sua honra, cada vez mais desrespeitado naquilo que são os direitos fundamentais da sociedade, que estão escritos na Bíblia, na Constituição, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Estatuto da Criança e do Adolescente. Em qualquer lugar está escrito que todos têm direito a viver dignamente e que todos devem ser tratados em igualdade de condições.

Portanto, o nosso papel não é nem de inventar, é apenas o de cumprir aquilo que já foi escrito há muitos e muitos anos. E quando vocês estão realizando uma Conferência, aqui, em São Paulo, e quando a gente fica sabendo que essa Rede 10 da URB-AL, que já existe desde 1995, e já cuidou de vários assuntos, e que agora está, pela primeira vez, fazendo uma opção pela pobreza, isso demonstra que nós estamos no caminho certo, que a gente está tomando uma decisão correta. Ou todo mundo pára e começa a pensar em como diminuir a miséria e a pobreza no planeta Terra, ou não adianta ficarmos discutindo o resto depois. É preciso dar às pessoas o



direito de morar, de beber água limpa, de ter acesso à saúde, de comer três vezes ao dia. Isso não custa muito caro. Podem ficar certos de que não custa muito caro.

Às vezes eu fico pensando quanto custa a gente não tomar a decisão de fazer isso já. Daqui a 10, 15 ou 20 anos é que nós vamos pensar quanto custou não tomarmos a decisão no momento certo, porque, possivelmente, cuidar de um preso custa mais caro do que cuidar de uma criança na escola. Cuidar de um pobre embaixo de uma ponte, na periferia de uma grande cidade, fica mais caro do que mantê-lo na sua terra natal, trabalhando com dignidade. Então, são opções que nós temos que fazer.

Eu quero terminar parabenizando, Embaixador, a decisão dos companheiros da URB-AL. E quero lhe dar os parabéns, Marta, como prefeita da maior cidade da América do Sul e como a pessoa que vai coordenar a URB-AL aqui, nesses próximos dois anos. Eu acho que nós temos a chance de mostrar ao mundo que nós não sabemos apenas falar da pobreza, sabemos cuidar dela com carinho. Eu sonho com o dia em que cada governante deste país trate o ser humano como tratamos os nossos filhos, com o carinho com que tratamos nossa família, as pessoas de quem gostamos. No dia em que isso acontecer, certamente os problemas do mundo serão menores e, certamente, nós não precisaremos ter guerra para resolver, nem problemas políticos, nem problemas sociais.

Meus parabéns, Marta, e muito obrigado.

/rss/cms